

# Julgamento britânico desafia leis e constitucionalismo internacional

14/11/2025

O julgamento no Reino Unido dos desdobramentos da tragédia de Mariana (MG), em 2015, é, antes de tudo, um desafio à lógica, pela transferência de uma pendenga brasileira para o Judiciário de outro país. Mas ele também desafia as leis e o constitucionalismo internacional.

Como **mostrou a revista eletrônica Consultor Jurídico**, a banca britânica Pogust Goodhead representa cerca de 700 mil clientes brasileiros no processo, entre pessoas físicas, organizações religiosas e pelo menos 46 municípios. Ocorre que, há um ano, o **Supremo Tribunal Federal** proibiu que entes municipais atingidos pelos desastres ambientais de Mariana e Brumadinho (MG) paguem honorários de êxito em ações movidas no exterior.

A decisão atendeu a um pedido do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) sobre ações apresentadas fora do Brasil por municípios representados por escritórios estrangeiros.

Na sentença, o STF destacou que o Tribunal de Contas da União já decidiu que a administração pública não pode firmar contratos de pagamento de honorários de êxito. Tais verbas só são cobradas pelos advogados contratados caso obtenham sucesso no processo. Em geral, a porcentagem é alta. Nos casos ambientais no exterior, os números giram em torno de 30% do valor da causa.

O ministro Flávio Dino, relator da matéria, ressaltou que os processos de municípios brasileiros em tribunais estrangeiros geram consequências para parte do patrimônio público nacional e para a reparação de danos ocorridos por aqui.

## Compra de ações

Outro ponto nebuloso da atuação de bancas estrangeiras em desastres ocorridos no Brasil é o financiamento das ações por fundos internacionais. De acordo com reportagem de 2022 do jornal *O Estado de S. Paulo*, o Pogust Goodhead recebeu verba do fundo brasileiro Prisma Capital para apresentar processos em nome de vítimas (e também supostas vítimas) brasileiras de tragédias. Em outras palavras, trata-se de “comprar” o direito de entrar em juízo.

De acordo com o jornal, a banca chegou a receber cem milhões de libras do fundo North Wall Capital para representar pessoas que, de outra maneira, jamais teriam condições de litigar em uma corte britânica.

## Representação na OAB

O trabalho da banca do Reino Unido no Brasil foi motivo de uma **representação de cinco escritórios de advocacia brasileiros** perante a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Assinaram o pedido Machado Meyer, Mattos Filho, BMA, Sérgio Bermudes e ALNPP.

As bancas alegaram que o Pogust e seus parceiros obtiveram financiamento para aumentar os valores das causas. E também levantaram suspeitas sobre a captação ativa de clientes.

“Esse escritório vive de levantar dinheiro de fundos de investimento, fazendo a aposta de ganhar muito dinheiro com as ações, que são movidas em várias jurisdições. Ele tem ações na Alemanha, Holanda e a aposta dele é: eu movo a ação e o réu, para não enfrentar o processo inteiro, faz o acordo”, disse o advogado Werner Grau, sócio do Pinheiro Neto Advogados. “O que o município recebe é verba pública. Como ele abre mão de 30% de receita pública em uma contratação em que não se fez licitação?”, questionou ele.

Antonio Cruz/Agência Brasil



Julgamento do caso da tragédia de Mariana fora do Brasil desafia lógica e leis



## Decisão britânica

Nesta sexta-feira (14/11), o Tribunal Superior de Justiça (High Court of Justice) do Reino Unido decidiu que a mineradora multinacional BHP Billiton tem responsabilidade objetiva pela tragédia decorrente do rompimento da barragem de rejeitos e vai responder pelos prejuízos.

Essa decisão foi tomada na primeira fase de julgamento. Haverá uma segunda fase, com audiências e decisão de mérito sobre o direito e o valor das indenizações reivindicadas por cada grupo ou indivíduo.

Da sentença cabe recurso à Corte de Apelação (Court of Appeal), que está hierarquicamente acima do Tribunal Superior de Justiça. Ainda mais acima está a Suprema Corte britânica (Supreme Court).

Apenas a BHP Billiton responde no Reino Unido porque a [Vale fez um acordo e deixou o processo](#). Ambas são acionistas da Samarco, responsável pela barragem rompida. Em cada condenação da BHP, a Vale arcará com 50% da indenização fixada.

## Recurso à vista

A empresa multinacional informou que pretende recorrer da decisão. A BHP diz que “continua empenhada na implementação do acordo firmado em outubro de 2024, o qual assegurou um total de R\$ 170 bilhões para os processos de reparação e compensação em curso no Brasil”.

Segundo a companhia, “desde 2015, aproximadamente R\$ 70 bilhões foram pagos diretamente às pessoas da Bacia do Rio Doce e direcionados às entidades públicas no Brasil. Mais de 610 mil pessoas receberam indenização, incluindo aproximadamente 240 mil autores na ação do Reino Unido que outorgaram quitações integrais. A corte inglesa confirmou a validade dos acordos celebrados, o que deverá reduzir significativamente o tamanho e valor da ação em curso”.

**Clique [aqui](#) para ler a sentença**

**Processo HT-2022-000304**

**Processo HT-2023-000058**

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-nov-14/justica-do-reino-unido-conclui-que-bhp-e-responsavel-pelo-desastre-de-mariana/>